

ROBERTO CAMPOS, UMA VIDA RUMO A LIBERDADE E A SOLIDÃO

Caroline Rippe de Mello

RESUMO

Este artigo foi feito através dos estudos feitos junto ao grupo de pesquisas sobre nação e nacionalismo, que tem como coordenadora a Dr^a Janete Abrão, do curso de História da PUCRS. Fez-se uma análise sobre a teoria de Roberto Campos presente em seus livros, além de outra bibliografia de apoio sobre o autor, e contexto histórico presente na época que o mesmo atuou politicamente. O intuito do artigo é mostrar as diferentes visões de Campos sobre nação e nacionalismo, além de sua teoria acerca do desenvolvimento para o Brasil, principalmente no que tange à década de 1960 até 1980.

1 - Roberto Campos, o “solitário liberal”.

Para entender o pensamento político e econômico de Robertos Campo, deve-se primeiramente compreender sua formação intelectual. Formado em Filosofia em 1934 e Teologia em 1937, vem a formar-se em economia nos EUA, que será seu campo de atuação durante toda sua vida, atuando como presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952, e Embaixador do Brasil nos EUA entre 1961 e 1963. Também foi o criador durante os anos, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Caderneta de Poupança, o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação, além de outras reformas e medidas que se converteram em benefícios a população brasileira.

O posterior “solitário liberal”¹ vivenciou o contexto da Guerra Fria, o antagonismo entre dois céus e dois infernos, onde os opostos regimes ao mesmo tempo divulgavam êxito total, e taxavam uns aos outros como fracassos cambaleantes. Em outras palavras, a Guerra Fria significou a oposição entre dois modelos de sociedade – a capitalista e a “socialista”, onde as “duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência”². A URSS controlava uma parte do globo, que o exército vermelho e tropas de força militar comunista estavam ocupando desde a II Guerra Mundial, já os EUA, por outro lado, controlava a outra parte do globo, o Ocidente através do consumo, impulsionado pelas políticas econômicas americanas, em vista de não prejudicar ou baixar o valor de sua moeda. Ao mesmo tempo em que as duas potências se autoimpediam de realizar atos belicosos, para não provocar novamente uma outra Guerra Mundial.

No caso do Brasil, nesse contexto de Guerra Fria, as certas autoridades governamentais e as alites econômicas e intelectuais se encontravam temerosas com relação ao lado soviético, tanto que muitos governantes e pessoas influentes, como o próprio Roberto Campos, sempre lutaram contra a inserção e práticas de idéias comunistas no país. Em termos econômicos, principalmente na década de 1950 “a poupança interna permanecia cronicamente baixa, mantendo assim também o investimento baixo. E o esperado capital estrangeiro para complementar o investimento nacional não era suficiente”³.

Em termos de pensamento econômico, o antagonismo oferecido pela economia liberal - livre mercado, em relação a socialista – planejamento em todos os setores - parece ter encontrado a resposta numa terceira via, assim como seu conterâneo Hélio Jaguaribe, por exemplo, propunha uma “economia

¹ Considerado “solitário”, pois fora o único liberal a compor uma cadeira na Associação Brasileira de Letras, em 23 de setembro de 1999, o qual o mesmo chamou de “Cadeira da Liberdade”, sendo tanto sucedido quanto precedido por integralistas e comunistas.

² HOBBSBAWN. Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 2003. 224 p.

³ SKIDMORE. Thomas E. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 205 p.

mista”. Economia capitalista esta, onde o estado desempenharia um papel crucial de planejamento e intervenções criando mecanismos para o controle dos mesmos, tendo como teórico principal John Maynard Keynes em seus escritos sobre teoria macroeconômica.⁴ Inicialmente Campos, adere a essa ideologia nos anos 50, mesmo com o fato dessa teoria “mutilar o potencial de poupança e [...] perpetrar a inflação e o subdesenvolvimento [...], pois a terapêutica keynesiana aplica-se muito bem a economias desenvolvidas em depressão, mas nunca a nações subdesenvolvidas com inflação”⁵, como foi dito por seu tutor Mario Henrique Simonsen.

Para Roberto Campos, nos primeiros países onde a industrialização ocorreu o planejamento estatal é alheio, pois para ele, “o credo utilitarista e individualista se constituiu na principal força desenvolvimentista”. Segundo Simonsen:

Ao contrário do próprio Rostow, esse credo não se concentrou exclusivamente na promoção de motivação lucrativa e na defesa da propriedade privada, conforme a acusação marxista. Ao longo do tempo, o credo individualista e utilitário evoluiu no sentido da defesa da liberdade política e do voto unitário; implantou o controle de monopólios, desenvolveu uma legislação social que moderou o incentivo do lucro e tornou respeitável, senão dominante, a motivação do bem-estar; e finalmente criou o imposto de renda progressivo, como poderoso instrumento redistributivo e moderador da absorção da mais valia pelo capitalista⁶.

Os países considerados em desenvolvimento, possuem tendências socializantes e estatizantes, devido a debilidade empresarial no setor privado. Partindo deste princípio, Roberto Campos concede uma importância ao setor

⁴ A teoria macroeconômica está expressa na obra: *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, sob autoria de John Maynard Keynes. Que previa um maior controle do mercado pelo Estado, no qual a poupança, investimentos e renda devem ter um equilíbrio estável entre si. Sendo somente possível a realização desse planejamento através do controle sob a taxa de juros e demanda por moeda.

⁵ CAMPOS, Roberto de O. *Ensaio contra a maré*. Rio de Janeiro : APEC, 1969. 12 p.

⁶ SIMONSEN, Mario H.; CAMPOS, Roberto de O. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, 24 p.

privado para com a economia. Definindo que países onde o empresariado é debilitado, são geralmente considerados “em desenvolvimento”, declarando que “um dos principais problemas da iniciativa privada na América Latina resulta do contínuo intervencionismo estatal e da imprecisão ou inconstância da delimitação de áreas e funções entre o setor público e privado⁷”.

Também Roberto Campos atrelava ao índice de desenvolvimento, o fomento à industrialização, devendo o estado incentivá-la, sendo essa uma concessão ao liberalismo. Podemos notar a prática desta teoria principalmente no segundo governo Vargas (criação do BNDE indústrias) e mais claramente no governo de Juscelino Kubitschek e a implementação do Plano de Metas, onde os “cinquenta anos de progresso em cinco” eram a representação da necessidade de uma rápida industrialização dos países ainda agrários, como o Brasil, pois “o objetivo era unir o Estado e o setor privado numa estratégia de alto crescimento, com a finalidade de acelerar a industrialização e a construção da infra-estrutura para sustentá-la⁸”.

Já nos anos de 1960 há uma preocupação maior em relação ao comunismo, pois a Revolução Cubana ocorrera em 1959 e a esquerda tornava-se cada vez mais heterogênea, principalmente nas universidades onde urgia a Teologia da Libertação e os “nacionalistas radicais”. Porém em contrapartida havia uns lados mais conservadores, que mesmo sendo simpático para com o liberalismo econômico, era protecionista. Essa esfera conservadora que simpatizava com o liberalismo econômico se enquadra no “conceito plutocrático de liberdade e da disciplina⁹” proposto por Mannheim.

Roberto Campos sente-se ultrajado pelo governo de João Goulart, que para ele ameaçava não só a propriedade privada com suas reformas, mas a autonomia brasileira. Goulart assume a presidência abaixo de uma inflação de 34,7% em 1961, chegando a ponto de em 1964 a inflação atingir os 100%.

⁷ CAMPOS, Roberto de O. *Função da empresa privada*. Rio de Janeiro: GB, 197, 15 p.

⁸ SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 203 p.

⁹ Esse conceito elaborado por Karl Mannheim consiste em quando, uma classe limitada de ricos aplica ideologia liberal sem levar em consideração as mudanças sociais. A liberdade econômica deve ser expressada, diminuindo o papel do Estado. Porém a liberdade social é tolhida de certos grupos.

Desta forma, logo houve o apoio de Campos ao golpe de 1964, alinhando-se às políticas de Castelo Branco (1964-1967), pois:

“[...] a partir de 1964, face à ameaça de caos social que poderia descambar num autoritarismo de esquerda [...] surge como elemento de contenção do populismo distributivista, do regionalismo dispersivo e do personalismo político¹⁰”.

Por isso Roberto Campos declara que “na primeira parte dos anos 60 o Brasil perdeu seu ímpeto desenvolvimentista que tinha nos anos 50, por desastres políticos¹¹”. Neste sentido, apoiou as políticas do presidente Castelo Branco, pois sua função era “reafirmar a autoridade para salvar a liberdade¹²”. Segundo Campos, as medidas de Goulart de nacionalizar refinarias de petróleo privadas e desapropriar terras em prol da Reforma Agrária ameaçam as finanças.

Logo, em Roberto Campos percebe-se que para uma sociedade tornar-se moderna e industrializada, um certo grau de autoritarismo era inevitável. No caso de 1964 alguns militares consideravam a intervenção militar algo temporário apenas para corrigir a indisciplina social, estancar a inflação e retomar o desenvolvimento, sendo considerado esse, modelo de uma democracia participante com um executivo forte. Desta forma:

“O Congresso expurgado prontamente elegeu [...] Castelo Branco [...]. Os tecnocratas eram liderados por Roberto Campos, diplomata e economista e destacado crítico do governo Jango em seus últimos tempos. Campos trazia consigo uma equipe de economistas e engenheiros, muitos dos quais tinham contribuído para a criação de um *think tank*, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), no Rio de

¹⁰ SIMONSEN, Mario H.; CAMPOS, Roberto de O. Op. Cit., p. 228.

¹¹ Ibid., p. 25.

¹² CAMPOS, Roberto de O. *Do outro lado da cerca: três discursos e algumas elegias*. Rio de Janeiro: APEC, 1968. 354p.

Janeiro e São Paulo. Eles assumiam o poder com idéias claras e convencionais sobre como conter a inflação e restaurar o crescimento econômico no Brasil¹³.

Campos atuou efetivamente na economia brasileira no governo de Castelo Branco até 1967, sendo sucedido por seu rival Delfim Neto no governo de Costa e Silva. Nesse primeiro governo militar ocorreu o “milagre econômico” gerenciado por Campos, onde a inflação fora reduzida de 92% em 1964 para 28% em 1967, abrindo espaço ao *boom*, com uma média de expansão de 10,9%, possibilitando a oferta de crédito e crescimento no setor industrial posteriormente. O que provocou desigualdades entre os trabalhadores, regiões e renda.

Para Roberto Campos, um grande número da população brasileira não possui capital suficiente para sua subsistência, algo que segundo ele se agravava pelo rápido crescimento demográfico, sendo algo típico de países subdesenvolvidos, os quais faziam uma relação entre mão-de-obra → capital; capital → mão-de-obra e terra, o que diminuirá a vantagem competitiva e a remuneração do trabalho. Por isso deveria ocorrer uma industrialização lenta e gradual, segundo Gudin, pois a “economia brasileira, como a do restante da América Latina, sofria de baixa produtividade e pleno emprego, e não de especialização em atividades agrícolas e de desemprego¹⁴.” Porque Campos achava que os países subdesenvolvidos tendiam ao desequilíbrio.

2. Planejamento, Desenvolvimento e Nacionalismo.

Cabe esclarecer que o planejamento é algo menos concreto do que o projeto, possuindo suas diferenças entre os países de economia capitalista ou socialista de cunho marxista ou moderado. Em países considerados subdesenvolvidos a teoria do planejamento segue uma linha distinta das outras duas citadas anteriormente, devido às particularidades que seus setores apresentam. Há argumentos a favor da teoria do planejamento e contra também, onde:

¹³ SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 216 p.

¹⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, 55 p.

Um dos vários argumentos de que se lança mão para demonstrar a inevitabilidade do planejamento, e o mais frequente usado, é o de que as transformações técnicas tornaram impossível a concorrência em capos cada vez mais numerosos e só nos resta escolher duas alternativas: ou o controle da produção por monopólios privados, *através de trustes e cartéis* [grifo meu], ou direção pelo governo¹⁵.

A ideologia do desenvolvimento toma forma com o governo de Juscelino Kubitschek, tornando-se uma preocupação frequente a partir da década de 1950 no Brasil, e inclusive nos países onde a taxa de crescimento vinha sendo mais elevada. O capital estrangeiro nessa década “é visto como necessário para acelerar o aumento da renda”, dessa forma através dos investimentos desse capital pensavasse que a taxa de crescimento se elevaria, porém:

O principal problema é a dependência tão forte das relações de intercâmbio, em que todo este processo depousou, e a influência muito pequena que uma economia como a brasileira é capaz de exercer para controlá-las a seu favor¹⁶.

O principal argumento a favor da inserção do capital estrangeiro no governo de Juscelino era que ele não se pautava num debate emocional, mas numa necessidade técnica, a fim de fortalecer a economia. Esse capital foi amplamente empregado na industrialização, para que o país se tornasse soberano e próspero. Para Juscelino esse investimento na indústria terminaria

¹⁵ HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro : Inst. Liberal, 1984. 78p.

¹⁶ BNDE – Exposição sobre Programa de Reparcelamento Econômico, exercício de 1955, p. 4.

com pensamento colonial brasileiro. Na concepção de JK, o nacionalismo se define pelo desenvolvimento, de cunho anticomunista, pois se baseia na defesa da Nação e repúdio a subversão, onde:

Num país como o Brasil, o que é colonizador é a ausência de investimentos, ausência de empregos e capitais. Não somos mais nação colonizável. Acreditar na possibilidade de sermos escravizados por influências do dinheiro estrangeiro é o mesmo que concluir pela nossa personalidade nacional e ao nosso caráter de povo formado.¹⁷

A teoria de planejamento adotada por Campos é de Carl Landauer, que se definiria como uma “orientação das atividades econômicas por um órgão comunal, mediante um esquema que descreve, em termos quantitativos assim como qualitativos, os processos produtivos que devam ser empreendidos durante um período de futuro prefixado¹⁸”. Tanto o planejamento quanto a intervenção estatal são positivos aos países subdesenvolvidos, visto que um dos principais problemas do planejamento reside no setor empresarial, principalmente entre a empresa estatal e estrangeira: a estatal exige concentração de capital contra a alta tecnologia das estrangeiras, logo para corrigir essa debilidade do empresariado nacional, o Estado deve estimulá-lo através de auxílios, pois essa debilidade é fruto de uma má distribuição de renda associada à inexperiência dos profissionais da área, inclusive por isso há órgãos de crédito internacionais voltados à pequena e média empresa, tal

¹⁷ CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK a JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 140p.

¹⁸ CAMPOS, Roberto de O. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: APED, 1963. 10p.

como o FUNDECE, FINAME e FIPEME¹⁹, constituindo assim uma “nacionalização do crédito externo”.

A teoria de Roberto Campos, num segundo momento, já no regime militar, sofreu uma influência da Escola de Freiburg. Para esta escola econômica alemã, no âmbito de suas deliberações, ela tem por premissa o providencialismo – onde as ações econômicas dos indivíduos promovem sua prosperidade e o automatismo do mercado, composta por forças imanentes, que regulam os setores econômicos. Cabe acrescentar que a teoria de Roberto campos também foi influenciada pelo pensamento econômico de Mario Simonsen, o qual fora um dos fundadores do conhecido desenvolvimentismo em 1944, época onde “o planejamento e a industrialização emergiram no Brasil, portanto como questões extremamente politizadas²⁰”.

Dentre as teorias desenvolvimentistas, os aspectos mais destacados eram: o crescimento de salários e indústrias, expansão do mercado interno e as medidas de base na educação e saúde, medidas essas necessárias para que os países subdesenvolvidos pudessem obter alguma ascensão no cenário interestatal. Esse discurso será reavaliado e incorporado pela própria CEPAL posteriormente, chegando até 1952 com a criação do BNDE, com ativa participação de Roberto Campos na área técnica, onde o tão preterido investimento de capitais externos e ampliação do mercado interno foram as

¹⁹ FINAME: Agência Especial de Financiamento Industrial é um órgão subsidiário ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), criado em setembro de 1964. Oferece financiamentos, sem limite de valor, para aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, através de instituições financeiras credenciadas.

FIPEME: Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa. Criado em 1964, e vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o FIPEME torna-se uma unidade operacional com a reestruturação do banco, um sistema de apoio gerencial às micro e pequenas empresas.

FUNDECE: Fundo de Desenvolvimento da Educação e Capacitação Empreendedoras das micro-empresas. Tendo como objetivo, a geração de recursos financeiros exclusivamente para desenvolvimento de programas e projetos de formação e capacitação nas áreas de empreendedorismo, gestão, informação, tecnologia e inovação, objetivando a profissionalização e melhoria da competitividade das micro e pequenas empresas brasileiras.

²⁰ SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: EDUSP, 1998. 75p.

principais medidas realizadas por esse órgão de fomento ao empresariado industrial.

No caso da presidência de Juscelino, essa ideologia do desenvolvimentismo toma forma e clareza nos objetivos, pois havia uma maior preocupação com os países em crescimento como o Brasil na época. Por isso devia-se lançar no mercado os produtos brasileiros, pois a partir do capital nacional será gerada a exportação, porque essas relações com o mercado externo prejudicavam os países mais fracos economicamente.

Por sua vez, Campos se apresenta como um antinacionalista, em suas obras, o autor acredita que o nacionalismo mais se preocupa em distribuir riquezas do que produzi-las, além de em outras instâncias ser até mesmo xenófobo e, conseqüentemente excludente. Redistribui riqueza para os pobres, discrimina a agricultura e enaltece a indústria – atendendo aos interesses da classe média; tende a favorecer a propriedade coletiva e estatal para a socialização de empregos para a classe média emergente, dificultando em assegurar carreiras. Aderindo esse discurso ao governo Vargas, que era de nacionalismo moderado, relacionado com a “política de massas e com o estilo populista [...], em reposta ao processo de redistribuição de recursos políticos associado à concorrência eleitoral e à crescente integração das massas urbanas à vida política²¹”.

Teorias deturpadas e ações controversas

“(...) as deformações de mentalidade são nossos verdadeiros inimigos. Há muito luto contra três deles: o *pseudonacionalismo*, o *pseudoigualitarismo* e o *pseudoliberalismo*²²”.

O “pseudonacionalismo”, segundo Roberto Campos se caracteriza pela retórica agressiva em detrimento de uma opção pela solução mais eficaz. Em

²¹ SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: EDUSP, 1998. 94 p.

²² CAMPOS, Roberto. *Ensaio Imprudentes*. Rio de Janeiro: Record. 1987. 05p.

suas barreiras, quase xenofóbicas, rejeitam o que não podem substituir, ou seja, os resultados são substituídos pelo discurso agressivo e antiliberdade. Visto que o nacionalismo vivenciado por Campos em sua época concentrava os poderes econômicos e de mercado no Estado, declarando-se até mesmo antinacionalista, pois:

[...] se alguma coisa a história nos ensina é que a concentração do poder econômico no Estado acaba afirmando mais cedo ou mais tarde o pluralismo político, pois o poder nacional é uma categoria intuitiva como sendo, o poder de coerção que uma nação pode exercer sobre as outras, quer por métodos pacíficos, quer por métodos militares²³.

O “pseudoigualitarismo”, advindo pelo que Lord Action se refere como “fatal posição pela igualdade”, promete assegurar o sucesso de todos, enquanto se mostra possível ao estado na melhor das hipóteses, facilitar o acesso a tal como adubo da demagogia feita à liberdade e oprime a competição, fomentadora da renovação e do progresso. Porém baseado na teoria de Friedman, o liberalismo econômico é antecessor ao político, e uma possível igualdade viria a posteriori, tal como no trecho a seguir:

[...] De um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida num sentido mais amplo e, portanto, um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política²⁴.

O “pseudoliberalismo” é uma crença que a liberdade étnica e econômica são distintas. Por isso, não é concebível cogitar que existam países liberais sem que a esfera social e econômica não seja coerente entre si, ou seja, livres. Fundamentalmente só há dois meios de coordenar as atividades econômicas, uma é a direção central utilizando a coerção – a técnica do Exército ou Estado totalitário. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado. Portanto, se culturalmente a ojeriza entre os indivíduos continua a prevalecer, mesmo num país liberal para com sua economia, logo ele não o é, mas sim um “pseudoliberal”, segundo a perspectiva de Roberto Campos.

²³ CAMPOS, Roberto. História Econômica e Sociologia. Rio de Janeiro: APEC. 1964.37p.

²⁴ FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo : Abril Cultural, 1985. 17p.

No caso Brasil, muitos governos mostraram tentativas e até mesmo a aplicação de uma política liberal e intervencionista na economia ao mesmo tempo. Visto no segundo governo Vargas, onde o mesmo criou a Comissão Mista de estudos técnicos voltados a economia, contando não apenas com profissionais brasileiros, mas americanos também. Os técnicos nacionalistas da Assessoria Econômica²⁵ foram mobilizados juntamente com os considerados cosmopolitas, o qual Roberto Campos fazia parte, sendo a maioria em número. “Desse modo, os técnicos de um dos grupos puderam participar ativamente do processo decisório, embora articulados em arenas bastante distintas²⁶”.

Nesse ponto, as teorias entre nacionalistas e liberais, teve seu ápice no debate entre Gudin e Simonsen. Gudin era interessado no comércio agro-exportador e também no setor agrícola, já Simonsen, era mais preocupado em relação à indústria nascente. Simonsen desejava uma participação estatal mais efetiva na economia, como planejador, produtor e protetor. E Gudin associava o intervencionismo estatal na economia a autoritarismo político. Inclusive em 1944, Vargas tinha dificuldades em manter o aparato do Estado Novo, Simonsen não questionou o excesso de autoridade presidencial, nem o planejamento e democracia. Porém Gudin proporcionou subsídios à oposição ao governo, “associando habilmente intervencionismo econômico, ou sua possibilidade, a autoritarismo político²⁷”.

Segundo Robert Dahl, a anterioridade histórica do estado em relação a grupos econômicos privados fortes levou à exclusão do Brasil do modelo poliárquico²⁸. Enfim, o sistema brasileiro é definido como modelo de “capitalismo dirigido pelo estado”, pois a máquina estatal visa o “atendimento aos clamores privados, dando curso no que foi chamado de política de clientela²⁹”.

Para Campos, que não seguia linhas ortodoxas fiéis a Simonsen, Gudin ou até mesmo a CEPAL, mas uma teoria e maneira de pensar própria e peculiar, dentro de seu ponto de vista, o capital estrangeiro e a iniciativa privada têm papel fundamental, mas o pseudonacionalismo e o pseudoigualitarismo são grandes empecilhos, porque eles se utilizam medidas

²⁵ Faziam parte da Assessoria Econômica os economistas: Cleanto Paiva Leite, Inácio Rangel, e como informal Celso Furtado.

²⁶ SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: EDUSP, 1998. 96 p.

²⁷ O debate entre Simonsen e Gudin está publicado em versão completa em: *A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do estado novo*.

²⁸ O conceito de poliarquia tem o mérito de permitir que a ciência social efetue uma análise mais realística dos regimes democráticos existentes, uma vez que, a partir desse conceito, torna-se possível estabelecer "graus de democratização" e, desse modo, avaliar e comparar os regimes políticos.

²⁹ PEREZ, Reginaldo T. *O pensamento político de Roberto Campos*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 57.

artificiais para deterem processos que seriam considerados naturais como o mercado, “pois infelizmente nem o evangelho, nem Karl Marx, nem os teólogos da libertação, nem o Diário Oficial conseguiram revogar a lei da oferta e da procura³⁰”.

O pseudonacionalismo e o pseudoliberalismo somado se mostram como fatores primordiais do endividamento brasileiro. O monopólio estatal Petrobrás ou *Pretroussau*, no jargão do autor, somado aos subsídios estatais ao resto do petróleo e derivados foram essenciais para o débito brasileiro. De 1974 a 1980 o Brasil importa de petróleo e derivados 53 bilhões de dólares, sem contar compra de bens, serviços e equipamentos quase idêntico à dívida de 54 bilhões. Em 1967, após a guerra dos seis dias e o embargo árabe o preço da commodity foi às alturas. Enquanto os países desenvolvidos estabilizaram sua demanda ou a retraíram como a Inglaterra, no Brasil a mesma dobrava. A monopolista Petrobrás “se torna uma grande empresa acima do solo”, e os subsídios garantiam a demanda para importação, sendo, portanto importante à opulência estatal, a ampliação e manutenção de outros monopólios como de transporte e refino.

Para Roberto Campos a expansão estatal no campo privado era uma espécie de ‘freio’ ao desenvolvimento, e não se resumia a Petrobrás, pois, 26 das 50 maiores empresas eram estatais em 1982, 82% do capital era estatal. Para isso Roberto Campos apresentou um projeto chamado *Programa de Repartição do Capital*, com vista a reduzir o grau de concentração no estado e da produtividade dos programas nacionais. O avanço estatal na esfera privada não tinha como resultado ganho social. Pois, o crescimento da ação do estado em áreas de competências privadas tem se provado em prejuízo em relação às aplicações nos setores sociais, cuja proporção do PIB declinou de 4,46% em 1979, para 2,46% em 1981 e possivelmente 1,73% em 1982, segundo estudo da FGV. “Decididamente, o Estado empresário não é um bom samaritano. Ficam vazios sociais; e são esvaziados espaços econômicos para que o estado ocupe³¹”.

O nacionalismo deturpado é um escape para a incompetência estatal. Frente a tudo isso, Roberto Campos quando ouvia os nacionalistas dizerem o ‘petróleo é nosso’, em contrapartida o autor rebatia que o ‘petróleo era dos árabes’. Os atos estatistas são, portanto, defendidos sobre as 3 deformações de mentalidade, sendo a *sacralização do problema* da intervenção monopolista e burocrática e a *nova demonologia*, tendo como demônios as multinacionais e como controlador o FMI, contrariando assim toda análise econômica de Roberto Campos.

³⁰ CAMPOS, Roberto. *Ensaios Imprudentes*. Rio de Janeiro: Record. 1986. 15p.

³¹ CAMPOS, Roberto. *Ensaios Imprudentes*. Rio de Janeiro: Record. 1986. 21p.

Diferentemente dos norte-americanos que abriram suas portas aos competidores japoneses e abriram muitas fábricas na Califórnia, os brasileiros dizem temer esse *tigre de papel*, algo insano pelo fato de três tecnocratas (CIP, Banco Central e CASEC) podiam levar qualquer grande empresa a um estado de agonia. Para Roberto Campos, isso é um complexo de *banana republic*, pois o Brasil assim como o EUA tem muito a ganhar com capital externo, pois Grã-Bretanha e França recorreram ao FMI e nem por isso seriam lesados em sua soberania. É apenas o escapismo da velha mentalidade colonial.

Colocar a culpa da insolência do Brasil no modelo de 1964, militarista e/ou elitista ou ainda nas multinacionais – conjuntura internacional é incabível. Pois desde a moratória de 1831 quando sequer existiam multinacionais nem crise do petróleo, as insolvências ocorreram com maior velocidade. Em governos populistas, como Vargas que suspendeu o pagamento 4 vezes da dívida e João Goulart que também pediu acomodação ao tesouro americano. Quando Roberto Campos negociou 3 vezes (1961, 1963 e 1964) a dívida por insolvência ficou transtornado com a inconsequência financeira no governo de Castelo Branco.

Roberto Campos defendia a flexibilização do trabalho, tal como a salarial em 1974 que contava com reajuste alheio ao mercado, segundo ele, era causa de inflação e diminuição do poder de compra. Segundo o autor, *as intenções foram excelentes, mas os resultados medíocres, se não negativos*. Pois os aumentos compulsórios dos salários contribuíram e contribui para o desemprego de muitos, e pelo seu valor deixaram muitos sem emprego. O possível aumento de renda a um extrato de trabalhadores custou o emprego dos demais. Falta a percepção que o governo não vai realmente garantir melhora de condições de trabalho e vida no papel. Uma nova constituição prometendo isso não é a solução, “pois o problema brasileiro nunca foi fabricar constituições; sempre foi de cumpri-las³²”.

Para Roberto Campos, a política trabalhista devia ser menos regulamentada, pois se de um lado a economia de mercado tem o desemprego e a desigualdade como efeitos comuns, as alternativas são muito piores. Na economia marxista o desemprego é maquiado através dos cabides nas alas burocráticas, exércitos e inteligência, não negando que muitas vezes utiliza inclusive campos de concentração e migração forçada.

A exportação é a solução do *déficit* público e dívidas internas e externas, sendo que além do ingresso de desvios gera outros benefícios como, economia de escala com sinergia em menor custo, dinâmica de mercado e extinção de oligopólios, garantindo assim a estabilidade mundial. Para combater a inflação que se apresenta um empecilho ao desenvolvimento brasileiro deve-se cortar

³² CAMPOS, Roberto. Ensaios Imprudentes. Rio de Janeiro: Record. 1986.38p.

gastos estatais. A mudança proposta por Roberto Campos na constituição de 1967 trocando as emissões de moedas em títulos nada adianta sem uma política de contenção de gastos. Pois a perpetuação da inflação tem como consequência o desemprego e paralisação de investimentos, piora na distribuição de renda aos assalariados, estrangulamento cambial e inviabilização do crescimento econômico sustentável.

Referências Bibliográficas

- SIMONSEN, Mário Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Função da empresa privada**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Ensaio contra a maré**. Rio de Janeiro: APEC, 1969.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Do outro lado da cerca: Três discursos e algumas elegias**. Rio de Janeiro: APEC, 1968.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Ensaio Imprudentes**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Globo, 1977.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Ensaio de história econômica e sociologia**. Rio de Janeiro: Apec, 1964.
- PEREZ, Reginaldo T. **O pensamento político de Roberto Campos**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CARDOSO, Miriam L. **Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK a JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SKIDMORE. Thomas E. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOBBSAWN. Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo : Companhia das Letras, 2003.

LUZ, Olavo. **Roberto Campos: Um retrato pouco falado**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CAMPOS, Roberto. **Economia, Planejamento e Nacionalismo**. Rio de Janeiro: APEC, 1963.